

Comentário ao decreto de Mons. Felipe Heredia Esteban de 20 de junho de 2021

Commentary on the sentence of Mons. Felipe Heredia Esteban, June 20, 2021

Vincenzo Fasano¹

Português

Aquilo que foi debatido e proposto durante o Sínodo dos Bispos a respeito do tema «Matrimônio e família» foi, em seguida, inserido e integrado, de modo orgânico, na Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* e traduzido em oportunas normas jurídicas contidas em duas disposições específicas: o *Motu Proprio Mitis Iudex* e o *Motu Proprio Misericors Jesus*. O cân. 1680 do Código de Direito Canônico estabelece: «§ 1. A parte que se julgue agravada e, igualmente, o promotor da justiça e o defensor do vínculo têm o direito de interpor querela de nulidade da sentença ou apelação contra a mesma sentença nos termos dos cân. 1619-1640. § 2. Decorridos os prazos estabelecidos pelo direito para a apelação e para a sua prossecução, depois de o tribunal da instância superior receber os autos judiciais, constitua-se o colégio dos juízes, designe-se o defensor do vínculo e as partes sejam advertidas para apresentar as suas observações dentro do prazo pré-estabelecido; transcorrido tal prazo, o tribunal colegial, se a apelação resultar manifestamente dilatória, confirme com decreto próprio a sentença de primeira instância».

¹ Professor da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino in Urbe, Advogado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, Postulador para as Causas dos Santos e Advogado nos Tribunais do Estado da Cidade do Vaticano (Tribunal, Corte de Apelo e Cassação).

A deontologia do juiz encontra o seu critério inspirador no amor à verdade. Por isso, é necessário procurá-la com o autêntico desejo de a conhecer, apesar de todos os inconvenientes que possam derivar de tal conhecimento. O juiz que verdadeiramente age como tal, ou seja, com justiça, não se deixa condicionar por sentimentos de falsa compaixão pelas pessoas, nem por falsos modelos de pensamento, mesmo que sejam difundidos no ambiente. É verdade que também o dever de uma justiça tempestiva faz parte do serviço concreto da verdade e constitui um direito das pessoas. Todavia, uma pressa falsa que prejudique a verdade é ainda mais gravemente injusta. [Decreto, §§ 3-5]

O matrimônio origina-se do consentimento entre pessoas juridicamente hábeis e legitimamente manifestado. O consentimento é o ato humano da vontade pelo qual o homem e a mulher, por pacto irrevogável, entregam-se e se recebem mutuamente, a fim de constituírem o matrimônio (cf. cân. 1057 *CIC*). De fato, São Tomás de Aquino recorda que: «Das ações feitas pelo homem só se chamam propriamente humanas as que lhe são próprias, enquanto homem. Ora, este difere das criaturas irracionais por ser senhor dos seus atos, por onde chamam-se propriamente ações humanas só aquelas de que o homem é senhor. Ora, senhor das suas ações o homem o é pela razão e pela vontade, sendo por isso o livre arbítrio chamado de “faculdade da vontade e da razão”. Portanto, chamam-se ações propriamente humanas as procedentes da vontade deliberada; e se há outras que convêm ao homem, essas podem, por certo, chamar-se ações do homem, mas não propriamente humanas, pois não procedem dele como tal. Ora, é manifesto que todas as ações procedentes de uma potência são por esta causadas, quanto à essência do objeto mesmo delas. E como o objeto da vontade é o fim e o bem, é necessário que tendam todas as ações humanas para um fim.» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., em Santo Tomás de Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Decreto, §§ 6-7]

O cân. 1095 do Código de Direito Canônico prevê que «São incapazes de contrair matrimônio: 1º os que carecem do uso suficiente da razão; 2º os que sofrem de defeito grave de discrição do juízo acerca dos direitos e deveres essenciais do matrimônio, que se devem dar e receber mutuamente; 3º os que, por causas de natureza psíquica, não

podem assumir as obrigações essenciais do matrimônio». Considerado o envolvimento das faculdades intelectivas e volitivas na formação do consenso matrimonial, São João Paulo II, no discurso de 5 de Fevereiro de 1987, reafirmou o princípio segundo o qual uma verdadeira incapacidade «é hipotizável só na presença de uma séria forma de anomalia que, seja qual for a forma com que é definida, deve afetar substancialmente as capacidades de entender e/ou de querer.» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos die 5 m. Februarii a. 1987*, in *Acta Apostolicae Sedis* 79 [1987], pp. 1457) [Decreto, § 8]

Para que o juiz atinja a certeza moral prevista no cân. 1608, § 1, *CIC*, entre os vários meios de prova disponíveis, um papel fundamental pertence ao perito, cuja tarefa é detectar a condição psíquica das partes no momento do casamento, por meio das teorias e metodologias típicas da disciplina própria, e de acordo com uma antropologia cristã saudável. [Decreto, § 9]

Italiano

Quanto fu discusso e proposto nel Sinodo dei Vescovi sul tema “Matrimonio e famiglia”, fu recepito ed integrato in modo organico nell’Esortazione apostolica *Amoris laetitia* e tradotto in opportune norme giuridiche contenute in due specifici provvedimenti: il motu proprio *Mitis Iudex* e il motu proprio *Misericors Jesus*. Il can. 1680 del Codice di diritto canonico prevede che «§ 1. Alla parte, che si ritenga onerata, e parimenti al promotore di giustizia e al difensore del vincolo rimane il diritto di interporre querela di nullità della sentenza o appello contro la medesima sentenza ai sensi dei cann. 1619-1640. § 2. Decorsi i termini stabiliti dal diritto per l’appello e la sua prosecuzione, dopo che il tribunale di istanza superiore ha ricevuto gli atti giudiziari, si costituisca il collegio dei giudici, si designi il difensore del vincolo e le parti vengano ammonite a presentare le osservazioni entro un termine prestabilito; trascorso tale termine, il tribunale collegiale, se l’appello risulta manifestamente dilatorio, confermi con proprio decreto la sentenza di prima istanza». La deontologia del giudice ha il suo criterio ispiratore nell’amore per la verità. Occorre perciò cercarla con desiderio autentico

di conoscerla, malgrado tutti gli inconvenienti che da tale conoscenza possano derivare. Il giudice che veramente agisce da giudice, cioè con giustizia, non si lascia condizionare né da sentimenti di falsa compassione per le persone, né da falsi modelli di pensiero, anche se diffusi nell'ambiente. È vero che anche il dovere di una giustizia tempestiva fa parte del servizio concreto della verità, e costituisce un diritto delle persone. Tuttavia, una falsa celerità, che sia a scapito della verità, è ancor più gravemente ingiusta [Decreto, §§ 3-5].

L'atto che costituisce il matrimonio è il consenso delle parti manifestato legittimamente tra persone giuridicamente abili. Esso è un atto umano della volontà con cui l'uomo e la donna, con patto irrevocabile, danno e accettano reciprocamente se stessi per costituire il matrimonio (cf. can. 1057 C.I.C.). San Tommaso d'Aquino ricorda infatti che: «Tra le azioni che l'uomo compie sono dette umane in senso stretto soltanto quelle compiute dall'uomo in quanto uomo. Ora, l'uomo si distingue dalle altre creature non razionali perché è padrone dei propri atti. Quindi, in senso stretto, si dicono umane le sole azioni di cui l'uomo ha la padronanza. D'altra parte l'uomo è padrone dei suoi atti mediante la ragione e la volontà: infatti si dice che il libero arbitrio è «una facoltà della volontà e della ragione». Quindi propriamente sono denominate umane le azioni che procedono da una volontà deliberata. Le altre azioni invece che vengono attribuite all'uomo potranno essere dette azioni dell'uomo, ma non azioni umane in senso proprio, non appartenendo esse all'uomo in quanto uomo. - Ora, tutti gli atti che procedono da una data facoltà ne derivano secondo la ragione formale del suo oggetto. Ma l'oggetto della volontà è il fine e il bene. Quindi è necessario che tutte le azioni umane siano per un fine» (cf. Summa Theologica, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., in San Tommaso d'Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Decreto, §§ 6-7].

Il can. 1095 del Codice di diritto canonico prevede che «Sono incapaci a contrarre matrimonio: 1) coloro che mancano di sufficiente uso di ragione; 2) coloro che difettano gravemente di discrezione di giudizio circa i diritti e i doveri matrimoniali essenziali da dare e accettare reciprocamente; 3) coloro che per cause di natura psichica, non possono assumere gli obblighi essenziali del matrimonio». Atteso poi

il coinvolgimento delle facoltà intellettive e volitive nella formazione del consenso matrimoniale, San Giovanni Paolo II, nell'intervento del 5 febbraio 1987, riaffermò il principio secondo cui una vera incapacità «è ipotizzabile solo in presenza di una seria forma di anomalia che, comunque si voglia definire, deve intaccare sostanzialmente le capacità di intendere e/o di volere» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos die 5 m. Februarii a. 1987*, in *Acta Apostolicae Sedis* 79 [1987], pp. 1457) [Decreto, § 8].

Affinché il giudice possa pervenire alla certezza morale prevista dal can. 1608, § 1, C.I.C., fra i diversi mezzi di prova a sua disposizione, un ruolo fondamentale spetta al perito, il cui compito è di rilevare la condizione psichica delle parti al momento della celebrazione del matrimonio, tramite le teorie e le metodologie tipiche della propria disciplina, e secondo una sana antropologia cristiana [Decreto, § 9].

Français

Ce qui a été débattu et proposé lors du synode des évêques sur le thème «Mariage et famille», a été reçu et intégré de façon organique dans l'exhortation apostolique *Amoris laetitia* et traduit en normes juridiques appropriées contenues dans deux mesures spécifiques: le motu proprio *Mitis Iudex* et le motu proprio *Misericors Jesus*. Le can. 1680 du Code de droit canonique prévoit que « § 1. La partie qui se considère lésée, et aussi le promoteur de justice et le défenseur du lien ont le droit d'introduire une plainte en nullité de sentence ou de faire appel contre la sentence conformément aux cann. 1619-1640. § 2. Après les délais fixés par le droit pour l'appel et sa poursuite et le tribunal de l'instance supérieure ayant reçu les actes judiciaires, est constitué le collège des juges, désigné le défenseur du lien et les parties sont averties de présenter leurs observations dans un délai fixé ; passé ce délai, si l'appel apparaît manifestement purement dilatoire, le tribunal collégial confirmera par décret la sentence de première instance ». La déontologie du juge trouve son critère d'inspiration dans l'amour pour la vérité. C'est pourquoi il faut la chercher avec le désir authentique de la connaître, malgré tous les inconvénients qui peuvent dériver de cette connaissance. Le juge qui agit vraiment en juge, c'est-à-dire avec justice, ne se

laisse conditionner ni par des sentiments de fausse compassion pour les personnes, ni par de faux modèles de pensée, même s'ils existent de façon diffuse alentour. Il est vrai que le devoir d'une justice efficace fait également partie du service concret à la vérité et constitue un droit des personnes. Toutefois, une fausse célérité, qui serait faite au détriment de la vérité, est encore plus gravement injuste [Décret, §§ 3-5].

C'est le consentement des parties légitimement manifesté entre personnes juridiquement capables qui fait le mariage. Il est l'acte humain de la volonté par lequel un homme et une femme se donnent et se reçoivent mutuellement par une alliance irrévocable pour constituer le mariage (cf. can. 1057 C.I.C.). Saint Thomas d'Aquin rappelle en effet que: «Parmi les actions accomplies par l'homme, celles-là seules sont appelées proprement “humaines” qui appartiennent en propre à l'homme selon qu'il est homme. Et l'homme diffère des créatures privées de raison en ce qu'il est maître de ses actes. D'où il suit qu'il faut appeler proprement humaines les seules actions dont l'homme est le maître. Mais c'est par sa raison et sa volonté que l'homme est le maître de ses actes, ce qui fait que le libre arbitre est appelé “une faculté de la volonté et de la raison”. Il n'y a donc de proprement humaines que les actions qui procèdent d'une volonté délibérée. S'il est d'autres actions qui conviennent à l'homme, on pourra les appeler des actions de l'homme, mais non pas des actions proprement humaines, puisqu'elles ne procèdent pas de l'homme en tant qu'homme. Or, il est manifeste que toute action procédant d'une puissance est produite par cette puissance selon le caractère de son objet et l'objet de la volonté c'est la fin et le bien. Il est donc nécessaire que toutes les actions humaines soient faites pour une fin» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., en Saint Thomas d'Aquin, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Décret, §§ 6-7].

Le can. 1095 du Code de droit canonique prévoit que «Sont incapables de contracter mariage les personnes: 1° qui n'ont pas l'usage suffisant de la raison ; 2° qui souffrent d'un grave défaut de discernement concernant les droits et les devoirs essentiels du mariage à donner et à recevoir mutuellement; 3° qui pour des causes de nature psychique ne peuvent assumer les obligations essentielles du mariage». En raison du rôle des facultés intellectuelles et de la volonté dans la formation

de l'assentiment au mariage, Saint Jean-Paul II, dans l'intervention du 5 février 1987, réaffirmait le principe selon lequel une véritable incapacité «peut être hypothétisée seulement en présence d'une sérieuse forme d'anomalie qui, quelle que soit la façon dont on la définit, doit attaquer substantiellement la capacité de comprendre et de vouloir» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos die 5 m. Februarii a. 1987*, in *Acta Apostolicae Sedis* 79 [1987], pp. 1457) [Décret, § 8].

Pour que le juge atteigne la certitude morale prévue au can. 1608, § 1, C.I.C., parmi les divers moyens de preuve à sa disposition, un rôle fondamental incombe à l'expert, chargé de détecter l'état psychique des parties au moment de la célébration du mariage, à travers les théories et les méthodologies typiques de leur discipline, et selon une anthropologie chrétienne saine [Décret, § 9].

Español

Cuanto ha sido discutido y promovido en el Sínodo de los Obispos sobre el tema “Matrimonio y familia”, ha sido implementado e integrado de forma orgánica en la exhortación apostólica *Amoris laetitia* y traducido en oportunas normas jurídicas contenidas en dos procedimientos específicos: el motu proprio *Mitis Iudex* y el motu proprio *Misericors Jesus*. El can. 1680 del Código de derecho canónico establece que «§ 1. Permanece íntegro el derecho de la parte que se considere perjudicada, así como del promotor de justicia y del defensor del vínculo, de interponer querrela de nulidad o apelación contra la misma sentencia, según los cánones 1619-1640. § 2. Trascurridos los términos establecidos por el derecho para la apelación y su prosecución, después que el tribunal de la instancia superior ha recibido las actas judiciales, se constituya el colegio de jueces, se designe el defensor del vínculo y se amoneste a las partes para que presenten las observaciones dentro de un plazo establecido; transcurrido ese plazo, el tribunal colegial, si resulta evidente que la apelación es meramente dilatoria, confirme con un decreto la sentencia de primera instancia». La deontología del juez tiene su criterio inspirador en el amor a la verdad. Por eso, es preciso buscarla con auténtico deseo de conocerla, a pesar de todos los inconvenientes que puedan derivar de ese

conocimiento. El juez que actúa verdaderamente como juez, es decir, con justicia, no se deja condicionar ni por sentimientos de falsa compasión hacia las personas, ni por falsos modelos de pensamiento, aunque estén difundidos en el ambiente. Es verdad que también el deber de una justicia tempestiva forma parte del servicio concreto de la verdad, y constituye un derecho de las personas. Con todo, una falsa celeridad, que vaya en detrimento de la verdad, es aún más gravemente injusta [Decreto, §§ 3-5].

El matrimonio lo produce el consentimiento de las partes legítimamente manifestado entre personas jurídicamente capaces, tal consentimiento es el acto humano de la voluntad, por el cual el varón y la mujer se entregan y aceptan mutuamente en alianza irrevocable para constituir el matrimonio (cf. can. 1057 C.I.C.). De hecho, Santo Tomás de Aquino recuerda que: «De entre las acciones que el hombre realiza, solo pueden considerarse propiamente humanas aquellas que son propias del hombre en cuanto que es hombre. El hombre se diferencia de las criaturas irracionales en que es dueño de sus actos. Por eso, solo aquellas acciones de las que el hombre es dueño pueden llamarse propiamente humanas. El hombre es dueño de sus actos mediante la razón y la voluntad; así, se define el libre albedrío como facultad de la voluntad y de la razón. Llamamos, por tanto, acciones propiamente humanas a las que proceden de una voluntad deliberada. Las demás acciones que se atribuyen al hombre pueden llamarse del hombre, pero no propiamente humanas, pues no pertenecen al hombre en cuanto que es hombre. Ahora bien, todas las acciones que proceden de una potencia son causadas por ella en razón de su objeto. Pero el objeto de la voluntad es el bien y el fin. Luego es necesario que todas las acciones humanas sean por un fin» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., en Santo Tomás de Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Decreto, §§ 6-7].

El can. 1095 del Código de Derecho Canónico establece que « Son incapaces de contraer matrimonio: 1) quienes carecen de suficiente uso de razón; 2) quienes tienen un grave defecto de discreción de juicio acerca de los derechos y deberes esenciales del matrimonio que mutuamente se han de dar y aceptar; 3) quienes no pueden asumir las obligaciones esenciales del matrimonio por causas de naturaleza psíquica». Por lo que atañe a la implicación de las facultades intelectivas y volitivas en

la formación del consentimiento matrimonial, San Juan Pablo II, en la intervención del 5 de febrero de 1987, reafirmó el principio según el cual una verdadera incapacidad «puede considerarse como hipótesis sólo en presencia de una seria forma de anomalía que, de cualquier modo que se quiera definir, ha de afectar sustancialmente a la capacidad de entender y/o de querer» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos die 5 m. Februarii a. 1987*, in *Acta Apostolicae Sedis* 79 [1987], pp. 1457) [Decreto, § 8].

Para que el juez alcance la certeza moral prevista en el can. 1608, § 1, C.I.C. , entre los diversos medios de prueba a su disposición, un papel fundamental corresponde al experto, cuya tarea es detectar la condición psíquica de las partes en el momento del matrimonio, a través de las teorías y metodologías típicas de su propia disciplina, y de acuerdo con una sana antropología cristiana [Decreto, § 9].

English

The discussions and proposals put forth at the Synod of Bishops on the theme “Marriage and Family” were received and integrated in an organic way into the Apostolic Exhortation *Amoris Laetitia*, and translated into legal provisions contained in two specific documents: the *Motu Proprio Mitis Iudex* and the *Motu Proprio Misericors Iesus*. The can. 1680 of the Code of Canon Law provides that «§ 1. The party who considers himself or herself aggrieved, as well as the promoter of justice and the defender of the bond, have the right to introduce a complaint of nullity of the judgment or appeal against the sentence, according to cann. 1619-1640. § 2. After the time limits established by law for the appeal and its prosecution have passed, and after the judicial acts have been received by the tribunal of higher instance, a college of judges is established, the defender of the bond is designated, and the parties are admonished to put forth their observations within the prescribed time limit; after this time period has passed, if the appeal clearly appears merely dilatory, the collegiate tribunal confirms the sentence of the prior instance by decree». The criterion that inspires the deontology of the judge is his love for the truth. The truth must therefore be sought with a genuine desire to know it, despite all the inconveniences that may derive from such knowledge. The

judge who truly acts as a judge, in other words, with justice, neither lets himself be conditioned by feelings of false compassion for people, nor by false models of thought, however widespread these may be in his milieu. It is true that the entitlement to timely justice is also part of the concrete service to the truth and constitutes a personal right. Yet false speed to the detriment of the truth is even more seriously unjust [Decree, §§ 3-5].

A marriage is brought into being by the lawfully manifested consent of persons who are legally capable. This consent is an human act of will by which a man and a woman by an irrevocable covenant mutually give and accept one another for the purpose of establishing a marriage (cf. can. 1057 C.I.C.). In fact, St. Thomas Aquinas recalls that: «Of actions done by man those alone are properly called “human”, which are proper to man as man. Now man differs from irrational animals in this, that he is master of his actions. Wherefore those actions alone are properly called human, of which man is master. Now man is master of his actions through his reason and will; whence, too, the free-will is defined as “the faculty and will of reason”. Therefore those actions are properly called human which proceed from a deliberate will. And if any other actions are found in man, they can be called actions “of a man”, but not properly “human” actions, since they are not proper to man as man. Now it is clear that whatever actions proceed from a power, are caused by that power in accordance with the nature of its object. But the object of the will is the end and the good. Therefore all human actions must be for an end» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., St. Thomas Aquinas, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Decree, §§ 6-7].

The can. 1095 of the Code of Canon Law provides that «The following are incapable of contracting marriage: 1° those who lack sufficient use of reason; 2° those who suffer from a grave lack of discretionary judgement concerning the essential matrimonial rights and obligations to be mutually given and accepted; 3° those who, because of causes of a psychological nature, are unable to assume the essential obligations of marriage». Based on the engagement of the faculties of the intellect and the will in the formation of matrimonial consent, Saint John Paul II, in the Address of 5 February 1987, reaffirmed the principle that true incapacity «is to

be considered only when an anomaly of a serious nature is present which, however it may be defined, must substantially vitiate the capacity to understand and/or to will» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos die 5 m. Februarii a. 1987*, in *Acta Apostolicae Sedis* 79 [1987], pp. 1457) [Decree, § 8].

So that the judge can reach the moral certainty provided for in can. 1608, § 1, C.I.C., among the various means of proof at his disposal, a fundamental role pertains to the expert, whose task is to detect the psychic condition of the parties at the time of the marriage, through the theories and methodologies typical of their own discipline, and according to a healthy Christian anthropology [Decree, § 9].